



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO

POLÍTICO-PEDAGÓGICO

CURSO DE PEDAGOGIA

Goiânia-GO, junho de 2003.

APRESENTAÇÃO:

O presente projeto de reformulação curricular do curso de Pedagogia resultou de um conjunto de debates, análises e reflexões realizadas por professores e alunos no âmbito da Faculdade de Educação e dos *campi* avançados de Catalão e Jataí. Este projeto representa ainda o esforço que a Faculdade de Educação tem feito para estabelecer um processo contínuo de avaliação de sua atuação na formação de professores, buscando repensar, além do currículo do curso de Pedagogia, a formação pedagógica nos demais cursos de licenciatura da UFG.

As mudanças ocorridas no contexto das políticas educacionais brasileiras, na última década, em especial a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9394/96, de 20/12/96, a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação do Parecer/Projeto de Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e graduação plena, CNE/CP N.º 28/2001, a implantação do novo Regulamento Geral de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás, aprovado pelo CONSUNI em setembro/2002, contribuíram para a constituição desta proposta de alteração do currículo do curso de Pedagogia.

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia apresenta, em sua parte inicial, uma exposição de motivos que avalia o currículo em vigor e a justificativa do novo projeto de curso, vinculando-o ao movimento histórico vivido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, desde 1984 quando foi implementada a última reformulação curricular. Em seguida, o projeto apresenta o sentido, os eixos epistemológicos e os objetivos do novo currículo, que tem como princípio a formação do professor para a docência em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Na terceira parte do projeto está apresentada a estrutura curricular do curso de Pedagogia, destacando os oito componentes que constituem a base desta estrutura: reflexão sobre a sociedade, a educação, a formação humana e a escola; formação didático-pedagógica para a docência; trabalho docente na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; organização e gestão do trabalho pedagógico na educação escolar e não-escolar; aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo; estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; atividades complementares/atividades acadêmico-científico-culturais; estudo/núcleo livre.

Na quarta e última parte do projeto estão descritas as bases da organização curricular, com detalhamento da duração do curso e sua carga horária. Há ainda uma explicitação da compreensão da Faculdade de Educação dos componentes dos

núcleos comum, específico e livre do novo curso de Pedagogia e as respectivas disciplinas que os compõem. Por fim são feitas algumas considerações sobre as atividades complementares/atividades acadêmico-científico-culturais, que poderão ser consideradas para a integralização curricular do curso, seguidas da bibliografia básica de referência deste projeto.

Em busca de uma exposição mais clara, a Faculdade de Educação optou por organizar os demais componentes do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia no formato de anexos. São eles: anexo I – Matriz curricular com sugestão de fluxo para integralização curricular, seguida da tabela de disciplinas do curso; anexo II – Convênio entre Prefeitura de Goiânia e Universidade Federal de Educação, para a formação dos professores da Rede Municipal de Ensino em curso de Pedagogia, com versão já modificada para adequar-se a esta nova proposta de curso; anexo III – Ementas e bibliografias das disciplinas dos núcleos comum e específico do novo currículo; anexo IV – projeto de Estágio da Faculdade de Educação e anexo V – Apresentação da atuação da FE/UFG na pesquisa e na extensão, bem como o quadro de seus professores e funcionários.

1. HISTÓRICO E JUSTIFICATIVA

Em junho de 1979, consultada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre os rumos a serem tomados pelos cursos de pedagogia, a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) respondeu que deveriam voltar-se para a formação de educadores docentes e não mais de especialistas em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Na I Conferência Brasileira de Educação (CBE), realizada em abril de 1980 na cidade de São Paulo, foi criado o Comitê Nacional Pró-Formação do Educador (atual Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Anfope), ficando sob a responsabilidade desta Faculdade o trabalho de mobilização dos educadores de todos os graus de ensino do país, com o objetivo de pensar e lutar por uma outra reforma dos cursos de formação de educadores, diferente da que estava sendo decidida e implantada a partir do Ministério da Educação e Cultura e do Conselho Federal da Educação.

O fato de ter organizado, implantado e coordenado, por mais de dois anos, o Comitê Nacional e o Comitê Estadual contribuiu para ampliação e o aprofundamento dos estudos e discussões sobre a formação do educador promovidos, organizados e realizados pela FE/UFG e pelo próprio Comitê. De junho de 1979 a meados da década de 1980, a FE/UFG discutiu e participou intensamente do debate local, estadual e nacional sobre a formação do educador. Alguns de seus docentes fizeram conferências e participaram de mesas-redondas em dezenas de encontros, congressos e outros eventos acadêmicos locais, estaduais e nacionais, promovidos por universidades, instituições e entidades científicas e educacionais.

O contexto e os acontecimentos acima mencionados, o trabalho desenvolvido pelo então Colegiado do Curso de Pedagogia (atual Coordenação do Curso), a partir de 1980, e a discussão promovida pela Pró-Reitoria de Graduação/UFG, em 1982 e 1983, sobre os regimes acadêmicos e o sentido dos cursos de graduação foram importantes na definição das opções, caminhos e compromissos assumidos pela FE na formação do educador. Como instituição pioneira na suspensão da oferta das habilitações de Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar, tradicionais na formação do pedagogo, a Faculdade de Educação/UFG, no segundo semestre de 1983, optou pela docência como identidade do curso de Pedagogia.

Surgiu assim o atual currículo, implantado em 1984, para formar o pedagogo como professor para as séries iniciais do ensino de 1º grau, mantendo a habilitação do magistério das matérias pedagógicas do 2º grau. Esse novo pedagogo/professor, como os demais licenciados em outras áreas do saber, deveria ser formado para

compreender as questões da educação e da escola e nelas poder intervir, pela discussão teórica e pelo trabalho de recriá-las, de inventá-las como outras, como diferentes. Além da atuação em área específica do saber e do trabalho de ensinar, cada licenciado deveria ser capaz ainda de desempenhar funções de coordenação e gestão nas escolas e nos sistemas de ensino e outras atividades e funções educativas no serviço público e nos setores produtivos e de serviços.

Essa opção implicava, sem dúvida, uma nova compreensão do sentido e da importância da escola pública para a criação da sociedade democrática e uma profunda transformação nos projetos, currículos e existência de todos os cursos de licenciatura da UFG. A Faculdade de Educação fez, então, várias discussões com docentes dos cursos de licenciatura, nas quais conseguiu definir o sentido da formação docente e as disciplinas, com as respectivas ementas e horas-aula anuais, a serem incluídas nas propostas de reformulação dos currículos em todas as licenciaturas.

A defesa da escola pública e democrática, criadora de direitos, tornou-se prioridade, e o pedagogo foi entendido como um docente capaz de pensar, articular e recriar a teoria e a prática educativas. As discussões ligadas às reformas curriculares do início dos anos 80 do século passado na UFG contribuíram para o debate nacional sobre a identidade do pedagogo e dos outros educadores. A docência, definida como a base dessa identidade, deu origem à luta por uma base comum nacional para a formação de todos os educadores brasileiros.

Uma das características do currículo implantado em 1984 e ainda em vigor é a definição de poucas disciplinas como componentes curriculares, deixando às ementas e aos docentes um campo de possibilidades para a incorporação crítica da esfera sociocultural na dinâmica da educação e da escola, e aos discentes, mais tempo para o estudo pessoal e a possibilidade de uma formação teórica mais sólida. As “Atividades Complementares” surgiram como abertura de horizontes culturais e humanos no processo de formação.

Ao assumir, desde a década de 1980, a docência como base da formação do pedagogo e ao reformular o seu currículo nesse sentido, a Faculdade de Educação defende a dignidade e a autonomia do trabalho docente, rompe com o ensino tecnicista e com a formação do pedagogo especialista, limitado à administração e ao ensino em sala de aula, e contesta a dicotomia licenciatura e bacharelado, pedagogia e outras licenciaturas, gestor e professor, como expressão da divisão do trabalho na escola. Ao posicionar-se contra a degradação do espaço público e da coisa pública, a FE/UFG afirma o caráter público e a autonomia da universidade e se contrapõe à estratégia de expansão do trabalho tecnicista, cuja

finalidade é gerar recursos financeiros e enxugar custos, transformando a educação em um negócio lucrativo.

Desde a sua implantação o projeto do curso de Pedagogia da FE/UFG adquiriu maior rigor, profundidade e clareza em sua trajetória. Colocou-se mesmo no centro do debate nacional que vinha formando-se e que hoje se aprofunda e se sistematiza em vários centros universitários e entidades da área educacional, em especial a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), o Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas do País (Forumdir), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae).

As vinte e uma avaliações do atual currículo, realizadas e/ou coordenadas por diversos grupos de professores e estudantes, apontam para a manutenção de seu sentido, pressupostos e finalidades, numa possível reformulação curricular. Um dos pontos recorrentes nesse processo avaliativo é a necessidade de que todos os docentes assumam realizar o currículo visando melhorar a qualidade do curso. Nas avaliações realizadas sempre apareceu também a necessidade de se ampliar o currículo para a área da Educação Infantil.

Nas décadas de 1980 e 1990 muitas transformações econômicas, políticas e sociais ocorreram, sinalizando para reestruturações e mudanças significativas na esfera produtiva, no papel do estado e no campo da educação. Foram implementadas reformas e políticas educacionais que visam “ajustar” esse setor às novas demandas e às exigências do processo da acumulação capitalista, sobretudo no que se refere à reordenação do mundo do trabalho. Na área da formação de professores e da estruturação dos currículos, novos rumos, prioridades e formas de organização e funcionamento têm sido impostas como se fossem as únicas possíveis e cabíveis.

No Brasil, alterações político-pedagógicas e legais vêm-se materializando, merecendo destaque a reorganização dos níveis e modalidades da educação nacional, a redefinição da atuação da União, estados e municípios no tocante à educação escolar e à definição da educação básica englobando a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Essas alterações foram acompanhadas por lutas pela ampliação do direito a uma educação que contemple padrões de qualidade, em todos os níveis e modalidades, como condição necessária a uma compreensão crítica da existência social e dos saberes historicamente produzidos.

Com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, a idéia de flexibilização curricular incorpora-se às diretrizes nacionais inseparáveis do atendimento das demandas de reforma do Estado, em que a “noção de igualdade

e cidadania cede lugar a uma visão de equidade e idiosincrasia (Cury, 2002, p.20). Todavia, essa mesma lei representa, em virtude de suas próprias contradições, a possibilidade de crítica e desafia a criatividade na formação do professor.

Nesse contexto tem sido importante a luta de entidades como Anfope, Forumdir, Anped e Anpae pela efetivação de uma educação que atenda às finalidades e ao sentido da universidade pública. “Ao assumir tal posição, estas entidades enfatizam mais uma vez a necessidade de definição de uma política nacional global de formação dos profissionais da educação, e valorização do magistério, que contemple no âmbito das políticas educacionais, a sólida formação inicial no campo da educação, condições de trabalho, salário e carreira dignas e a formação continuada como um direito dos professores e responsabilidade do Estado e das instituições contratantes”. (ASSOCIAÇÃO, 2001, p. 1)

Ao longo da década de 1990 esses debates se intensificaram, dando lugar a teses e proposições que enriqueceram o pensar e o fazer daqueles que quotidianamente trabalham no curso de Pedagogia. A Faculdade de Educação/UFG implementou, então, ações com o objetivo de criar novas modalidades de formação, mantendo sua opção política de centrar a identidade do curso de Pedagogia na *docência*. Nesse sentido, não confundindo docência com regência de sala de aula e formação do professor para os anos iniciais com uma formação menor para o pedagogo, a maioria dos docentes da Faculdade continua firme em sua opção de formar *professores* e insiste na importância e na dignidade do trabalho docente, sobretudo dos que, na educação infantil e nos anos iniciais da escola fundamental, trabalham para fundar no rigor, na crítica e na criação os alicerces do processo formativo.

Por trabalho docente entende-se o processo pelo qual educador e educando, compreendendo, de forma crítica, rigorosa e radical, o mundo natural e humano, a sociedade, a cultura, a educação, a escola e o saber, não como realidades separadas e autônomas, mas como dimensões da totalidade, assumem pensar, criar e realizar a educação, a escola e o ensino, em suas múltiplas dimensões, produzindo-os como realidades diferentes.

No final da década de 1990, aconteceram várias mudanças político-pedagógicas e legais, em especial a reorganização dos níveis e modalidades da educação nacional e a luta pela garantia de padrões mínimos de qualidade para a Educação Infantil. Docentes e discentes da FE/UFG e dos campi avançados envolveram-se intensamente, mais uma vez, no debate do currículo. No entanto, por não terem amadurecido suficientemente a questão, a Faculdade não conseguiu reformulá-lo.¹

¹ É oportuno destacar que desde as discussões ocorridas na FE/UFG em 1992 alguns professores defendiam a tese de que o curso de Pedagogia a despeito de ter sido implantado não havia sido totalmente implementado. A respeito ver o texto “Os

Em 1999 a UFG/FE firmou convênio com a Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME) e implementou, em caráter experimental, o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, formando professores para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Esse curso foi aprovado pela UFG com as seguintes especificidades:

- a. curso destinado exclusivamente aos professores em exercício na Rede Municipal de Ensino de Goiânia, com ingresso por meio de processo seletivo especial;
- b. matriz curricular estruturada por áreas de conhecimento: conhecimentos específicos, fundamentos da educação, didática e prática docente, políticas públicas e pesquisa docente;
- c. integralização curricular em três anos.²

Além disso, o Curso de Mestrado em Educação Brasileira, implantado em 1986, passou por alterações em seu projeto acadêmico visando consolidar suas linhas e núcleos de pesquisas³ e sua área de concentração, de modo a se constituir efetivamente num Programa de Pós-graduação, com mestrado (iniciado em 1986) e doutorado (aprovado pela CAPES em 2001 e iniciado em 2002), com as seguintes linhas de pesquisas:

- a. educação, trabalho e movimentos sociais;
- b. estado e políticas educacionais;
- c. cultura e processos culturais;
- d. formação e profissionalização docente.

Esse processo, aliado à criação e à implantação de vários núcleos de pesquisa, expressa uma maior consolidação da pesquisa na FE/UFG como atividade institucionalizada.

Nesse período, a Faculdade ofereceu cursos de especialização nas áreas de Gestão Escolar, Metodologia do Ensino Superior e Educação Infantil, além do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar na modalidade Educação a Distância. Na área da extensão, foram aprovados projetos e propostas voltadas sobretudo para profissionais e alunos ligados à educação pública, na zona rural e urbana, inclusive em assentamentos rurais do Movimento dos Sem Terra em Goiás.

Fundamentos da educação no Curso de Pedagogia da FE/UFG" (Dourado e Guimarães, 1992).

² Esse curso foi reeditado em 2003 com término previsto para o ano de 2006.

³ A FE/UFG aprovou a criação e implantação de vários núcleos: NEDESC – Núcleo de Estudos e Documentação Educação, Sociedade e Cultura (1997); NUDEC – Núcleo para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (1999); NUFOP – Núcleo de Estudos e Pesquisas de Apoio à Formação de Professores (1999); NEPPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura (2000) e o Núcleo de Estudos Rurais(2000).

Desde a segunda metade da década de 1980 e ao longo da década de 1990, a FE/UFG, o Campus Avançado de Catalão (CAC) e o Campus Avançado de Jataí (CAJ) buscaram a qualificação de seu quadro docente e novas frentes de formação, sem prescindir de sua opção política central de que a identidade do curso de Pedagogia se constitui na e pela docência, contrapondo-se a concepções que reduzem essa ação à regência de sala de aula. Os debates continuaram em reuniões de congregação, encontros, seminários e simpósios. Em diferentes momentos, projetos e propostas para o curso de Pedagogia foram discutidas destacando-se sobretudo a questão do lugar da formação e a profissionalização docente. Em todo esse processo é visível o compromisso da FE/UFG, do CAC e do CAJ com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e com o ensino de qualidade social.

Ao longo dos últimos anos vários embates se efetivaram no campo dos dispositivos da LDB/1996 e da legislação complementar que regulamentam a educação básica e a formação de professores e explicitam novas bases para a formação e a profissionalização de professores para a educação básica e a formação do pedagogo. Considerando a legislação em vigor, os embates na área da formação de professores, a opção institucional da FE/UFG e o Regulamento Geral de Cursos de Graduação/UFG, foram elaborados os princípios norteadores deste projeto curricular, que, ao sistematizar e contribuir para o debate na área, mantém pressupostos fundamentais do currículo atual, dentre os quais: a definição de um projeto que assume a docência como a base da formação do professor, a sólida formação teórica, o compromisso social e político do educador e a consolidação da formação de professores para os níveis iniciais de ensino em curso de nível superior.

Após a discussão e a avaliação do atual currículo por quase duas décadas, o desenvolvimento de projetos de formação especial, os convênios com Estado e Municípios, a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu nas áreas de metodologia do ensino superior, aprendizagem e diferenças, de educação infantil e de gestão escolar e a consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), a congregação da FE, em 2002, definiu pela formação do pedagogo para atuar como docente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Tal opção está em sintonia com os debates nacionais envolvendo, entre outros, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), o Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas do País (Forundir), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e, ainda, com a legislação educacional em

vigor e as deliberações da UFG, em especial em seu Regulamento Geral dos Cursos de Graduação.

O presente projeto visa reformular o currículo do curso de Pedagogia implantado em 1984, na FE, em 1985, no CAJ e, em 1988, no CAC e o do curso de Pedagogia para formar professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, objeto de dois convênios entre a UFG/FE e a Prefeitura de Goiânia/SME (1999 e 2003). A partir do processo de avaliação dos currículos (FE/Campi e Prefeitura) em vigor, da reflexão sobre a trajetória percorrida e do que, sobretudo nas duas últimas décadas, foi construído pela Faculdade e pelos Campi Avançados, na graduação e na pós-graduação, esse projeto opta por formar o pedagogo docente para atuar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e estabelece uma estrutura comum (base constitutiva) para os cursos de Pedagogia da UFG, nas diversas modalidades de oferta que, porventura, venham a ser implementadas: regular, modular, presencial, semipresencial ou outras. Portanto, o curso regular de Pedagogia, o curso de Pedagogia desenvolvido em convênio com a Prefeitura de Goiânia (Anexo II), os cursos especiais e outras modalidades de formação assumem como eixo a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e terão por base a atual proposta.

O presente projeto, que apresenta, então, as bases da formação desse pedagogo e o detalhamento da organização curricular, define os componentes da formação do pedagogo, o estágio supervisionado, a prática de ensino, o trabalho de conclusão de curso e os núcleos comum, específico e livre, estabelecidos pela UFG, bem como os componentes curriculares fundamentais para a elaboração de propostas curriculares nas diversas licenciaturas da UFG, contribuindo para a constituição de um núcleo específico de formação dos licenciados.

2. A DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: sentido, eixos epistemológicos e objetivos do currículo

A educação é uma prática sociocultural e, portanto, inseparável das humanidades, sobretudo da filosofia, das artes, das letras e das ciências sociais. Isso implica o trabalho de formação do pedagogo, do professor para a educação infantil e os anos iniciais da escola fundamental, como sujeito social formador de sujeitos da cultura, de seres autônomos, críticos e criativos, no verdadeiro sentido dessas expressões.

Assim compreendida, essa formação pressupõe e exige, como condição mesma de sua existência e sua finalidade primeira, a autonomia das pessoas, da educação, da escola, da universidade, dos trabalhos docente e discente, do ensino e da pesquisa. Sendo assim, a formação, sem se descuidar da profissionalização⁴, a ela não se reduz, mas se abre à teoria, à cultura, à crítica, à superação do que existe, incluindo a prática existente e a invenção do novo, do diferente, do radicalmente outro, idéias e princípios defendidos no currículo do curso de Pedagogia da UFG desde 1984.

Nesse sentido, o projeto curricular que ora apresentamos reafirma a docência como a base da identidade do pedagogo e propõe-se a formar professores que compreendam as complexas relações entre a educação e a sociedade, pensem e realizem a existência humana, pessoal e coletiva, e o trabalho pedagógico com vistas à transformação da realidade social, à superação dos processos de exploração e dominação, à construção da igualdade, da democracia, da ética e da solidariedade.

A formação no curso de Pedagogia é concebida como processo de inserção *crítica* dos licenciandos no universo da cultura, do pensamento, da crítica, da autonomia, da liberdade, da justiça, da democracia e da solidariedade. Em vez da acumulação de conhecimentos, de informações e de novidades nas várias áreas do saber, do aprender a fazer e do aprender a aprender, o que se busca é a formação crítica, rigorosa e radical, o aprendizado do trabalho com os conceitos e as articulações da teoria e da prática, indispensáveis à verdadeira autonomia e à criação em todas as dimensões da existência e da educação, inclusive no plano da escola, do ensino.

O currículo pressupõe, pois, uma abertura às diferentes áreas do saber, aos diferentes conceitos, epistemologias e métodos e uma lúcida articulação entre a

⁴ Estas afirmações não desconhecem o significativo movimento da investigação sobre a formação de professores desenvolvida a partir de meados dos anos 90, procurando ressignificar a profissão e a profissionalização do professor.

teoria e a prática, realidades distintas e ao mesmo tempo indissociáveis. A teoria é então concebida como reflexão crítica, “pensamento da prática, compreensão de seu sentido e gênese socialmente produzidos, trabalho do pensamento que busca captar o trabalho mesmo de produção do real como história” e a prática como “a negação do dado, um momento do trabalho de produção social (...) Se a realidade não é completamente transparente e se a prática é incapaz de compreender a si mesma, ela necessariamente exige a elaboração teórica, sendo o novo a ser pensado pela teoria.”⁵

A reformulação curricular busca assegurar, pois, a concretização dos seguintes princípios norteadores da formação do pedagogo:

- a. o processo educativo como parte integrante da realidade sócio-histórico-cultural;
- b. o trabalho docente como eixo da formação do pedagogo nos contextos escolares e não escolares;
- c. uma formação teórica sólida que permita compreender, de forma crítica e rigorosa, a sociedade, a educação e a cultura;
- d. a unidade entre a teoria e a prática;
- e. a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a articulação entre a graduação e a pós-graduação;
- f. a pesquisa como uma dimensão da formação e do trabalho docente, visando à inserção crítica dos licenciando na esfera da compreensão e produção do saber;
- g. a autonomia dos trabalhos docente e discente;
- h. a interdisciplinaridade na organização curricular.

Ao final de um longo e complexo processo de avaliação, a Faculdade de Educação, optou por aprovar um projeto básico como referência curricular para todos os projetos de formação do pedagogo no âmbito da UFG. Este projeto, portanto, reformula os cursos em andamento – presencial regular, cursos especiais e convênios – e será a base para o currículo de Pedagogia nas diversas modalidades de oferta que porventura a UFG venha implementar: presencial, semipresencial, modular e outros.

Cabe ao pedagogo aqui formado compreender historicamente as múltiplas dimensões dos processos de formação humana, participar da produção do saber da área e atuar como docente em educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, o que inclui a reflexão, o pensamento, a crítica, a criação, o planejamento, a execução, a gestão e a avaliação do trabalho pedagógico, dos

⁵ COÊLHO, I. M. *Realidade e utopia na construção da universidade*: memorial, p. 119.

sistemas, unidades e projetos educacionais na escola e em outros contextos educativos. Daí a necessidade e a importância fundamental de se trabalhar para a constituição da autonomia do pedagogo, compreendida como o desenvolvimento da consciência crítica e a capacidade individual e coletiva de assumir a docência com lucidez e responsabilidade ética e política, para o que é imprescindível a formação teórica, rigorosa e crítica.

O curso de Pedagogia, ora proposto, foi concebido a partir da reflexão, da discussão e da avaliação do currículo então em vigor e das necessidades das redes de ensino que, sobretudo na década de 1990, passaram por alterações implementadas nas redes públicas por meio do processo de municipalização da educação e de estruturação da política pedagógica para a educação infantil e a conseqüente transferência desse nível de ensino para a rede pública municipal.

Essa proposta curricular, centrada na docência da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, pretende formar o educador capaz de pensar a prática, a existência humana, a educação, a escola e o saber historicamente produzido. Nesse sentido e tendo em vista a legislação em vigor, o curso de Pedagogia proposto tem como finalidade estimular:

- a. a reflexão, entendida como compreensão crítica, radical e rigorosa, do sentido e da gênese da esfera da existência humana, social e pessoal, da esfera da cultura, da educação, da escola e do saber;
- b. a criação cultural e a formação de docentes e discentes como sujeitos da cultura;
- c. a ação como atividade criadora, transformadora, e a afirmação da autonomia e da liberdade dos sujeitos e das instituições, em todas as suas dimensões;
- d. a articulação de todos os componentes curriculares, fecundando o trabalho educativo.

Nesse sentido, esse projeto de licenciatura plena tem como objetivo a formação do docente para:

- a. o magistério da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;
- b. a gestão do trabalho pedagógico, incluindo o planejamento, a execução e a avaliação de sistemas, unidades e projetos educacionais na escola e em outros espaços educativos;
- c. a compreensão do universo da cultura e da produção do saber e a inserção crítica dos alunos nesse universo.

O licenciado em Pedagogia da UFG será formado para atuar, sobretudo, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir de um projeto

de *formação básica*, teórica e prática, que o capacite para trabalhar nesses dois níveis de ensino, bem como em outras áreas existentes na escola, nos sistemas de ensino ou em outras instituições e contextos que envolvam a dimensão educativa da existência e da ação. O curso propõe-se a pensar e formar para o trabalho específico na educação infantil de 0 a 03 anos e de 04 a 06 anos, nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como em atividades educacionais mais amplas, já existentes ou que possam vir a ser criadas.

Nesse projeto de curso, a educação infantil não é vista sob a ótica da mera escolarização, mas envolve a compreensão da sociedade, da infância e dos direitos sociais, que propicie condições para a atuação crítica do pedagogo em creches, pré-escolas e outras instituições de formação e desenvolvimento da existência pessoal e sócio-cultural das crianças, nas quais as várias formas de expressão e linguagem se articulem num contexto lúdico e criativo de jogos e brincadeiras.

Os anos iniciais do ensino fundamental dão início ao período de escolarização obrigatória, constituindo-se num momento de criação de direitos e de conquista de cidadania para essa população. Portanto, o ensino fundamental tem como sentido a inserção *crítica* de todos os alunos no universo de cultura e de saber historicamente produzidos. O curso de Pedagogia da UFG visa, então, contribuir para a formação de seres humanos, de docentes capazes de compreender o sentido da existência humana, pessoal e social, da educação e da escola básica, com o objetivo de recriá-las como inteiramente outras.

3. ESTRUTURA CURRICULAR

A opção pela formação do docente para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental é inseparável de nossa compreensão da existência humana, da sociedade, da educação e da escola, bem como desse momento do processo de formação e de escolarização das crianças e jovens, alicerce e base das etapas posteriores. Às universidades públicas cabem responsabilidades nesse processo que não podem ser delegadas.

O fato de, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os municípios estarem assumindo a responsabilidade efetiva pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental tem contribuído para sua universalização, o que impõe ao Estado, às universidades e às outras instituições de ensino superior o dever da formação de mais professores, qualitativamente diferenciados, objetivando a criação de direitos e de sujeitos da cultura.

3.1 Componentes da estrutura curricular

A estrutura curricular do Curso de Pedagogia será organizada com base em oito componentes: reflexão sobre a sociedade, a educação, a formação humana e a escola; formação didático-pedagógica para a docência; trabalho docente na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; organização e gestão do trabalho pedagógico na educação escolar e não-escolar; aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo; estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; atividades complementares/atividades acadêmico-científico-culturais; estudo/núcleo livre.

3.1.1 Reflexão sobre a sociedade, a educação, a formação humana e a escola

Estudo e compreensão dos conceitos, métodos de investigação e construções teóricas da biologia, da filosofia, da história, da sociologia, da psicologia e de outras matérias das humanidades, essenciais à compreensão da existência humana, pessoal e coletiva, da educação, da formação humana, da escola, do saber, do ensinar, do aprender e do trabalho em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental para crianças, adolescentes, jovens e adultos, bem como à produção dessas realidades como diferentes do que atualmente existe.

3.1.2 Formação didático-pedagógica para a docência

Estudo dos processos didático-pedagógicos, em especial: relação professor-aluno-saber, processo ensino-aprendizagem, planejamento de ensino-aprendizagem, mediação pedagógica, avaliação da aprendizagem, formação e profissionalização docente.

3.1.3 Trabalho docente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental

Estudo da especificidade da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental para crianças, adolescentes, jovens e adultos, englobando saúde, sexualidade, nutrição, corpo, movimento, processos de socialização, relação entre espaço e tempo, valores e hábitos para convivência democrática, fundamentos e metodologia do ensino da linguagem, da matemática, das ciências naturais e do meio ambiente, das ciências humanas, das artes, das tecnologias de informação e comunicação.

3.1.4 Organização e gestão do trabalho pedagógico na educação escolar e não-escolar

Estudo relativo à organização e coordenação do trabalho pedagógico e à gestão educacional: políticas públicas educacionais, projeto político-pedagógico, gestão democrática, planejamento, currículo e avaliação educacional.

3.1.5 Aprofundamento de estudo nas áreas de formação do pedagogo

Aprofundamento de estudos em áreas do saber e experiências significativas no campo da educação, a partir de pesquisas e prática docente e discente por meio de:

a. disciplinas de aprofundamento e trabalho de conclusão do curso;

b. áreas específicas de aprofundamento de estudos, oferecidas como disciplinas eletivas do Núcleo Livre do currículo, definidas a partir das linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação da FE/UFG, organizadas por intermédio de núcleos de estudos, projetos de trabalho, projetos de extensão e de pesquisa, que na conjuntura atual encontram-se assim definidas:

b.1. Educação, Trabalho e Movimentos Sociais

Desenvolve-se em duas dimensões: uma primeira, a relação da educação com o mundo do trabalho e com os movimentos sociais, procurando haurir as possibilidades heurísticas e outra, a dimensão educativa dos movimentos sociais e do trabalho, como elemento constitutivo da sociabilidade. Dentre as possíveis áreas a serem oferecidas nessa Linha de Pesquisa estão Movimentos Sociais e Educação, Educação Rural, Trabalho e Educação.

b. 2. Estado e Políticas Educacionais

Tem por eixo central a análise do Estado, as transformações decorrentes de suas ações, os impactos e desdobramentos efetivos dessas ações na formulação de políticas sociais, particularmente das políticas educacionais. Dentre as possíveis áreas a serem oferecidas nesta Linha de Pesquisa estão: Políticas, Organização e Gestão da Educação; Educação a Distância; Políticas e Gestão da Educação Superior; Currículo e Avaliação.

b.3. Cultura e Processos Educacionais

Discute processos educacionais a partir de seus fundamentos teóricos e metodológicos e, ainda, de suas implicações na prática pedagógica, sempre orientando-se pela concepção de que esses processos constituem-se no âmbito da sociedade e da cultura, partindo da contribuição de diferentes áreas do conhecimento: Filosofia, Psicologia, História, Sociologia, Biologia. Dentre as possíveis áreas a serem oferecidas nesta Linha de Pesquisa estão: Educação e Cultura, Ética e Educação, Educação e Linguagem, Linguagem, Corpo e Movimento, Educação e Arte, Educação Ambiental, Educação para a Saúde.

b. 4. Formação e Profissionalização Docente

Investiga a formação, ação e profissionalização docente nos diversos níveis de ensino, explicitando o caráter político-pedagógico das políticas de formação, inicial e continuada, e as relações do trabalho docente com as tecnologias de informação e comunicação. Dentre as possíveis áreas a serem oferecidas nesta Linha de Pesquisa estão: Formação e Profissionalização de Professores no Brasil, Educação de Jovens e Adultos, Educação e Diversidade, Educação, Arte e Mídias e Didática.

- c. Nos campi há experiências diferenciadas de pesquisa e extensão que, no momento, se organizam em Cursos de Especialização em Educação Infantil, Núcleos de Estudos e Pesquisas em Educação, Grupos de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil, Políticas Educacionais e Formação de Professores. Tais experiências serão o referencial para a oferta das disciplinas do núcleo livre.

3.1.6 Estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental

Compreende o ensino-aprendizagem profissional no campo de trabalho, sob a supervisão de um professor da instituição formadora e a participação dos profissionais do campo de estágio, voltado para compreensão, reflexão e prática da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Este componente curricular será oferecido tendo em vista as especificidades de cada unidade, portanto os projetos de estágios da FE, CAC e CAJ sofrerão adequações em função do horário de funcionamento dos cursos, bem como da disponibilidade de campo de estágio em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em cada município.

3.1.7 Atividades complementares/atividades acadêmico-científico-culturais

Compreendem atividades de enriquecimento curricular: seminários, simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos e outras atividades nas áreas da cultura, da ciência, das artes e outras, validadas pela coordenação do curso.

3.1.8 Núcleo livre

Compreende o conjunto de disciplinas, de livre escolha do aluno, que visam ampliar e aprofundar sua formação humana e profissional, dentre todas as oferecidas nessa categoria no âmbito da UFG.

4. BASES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 Duração do curso, carga horária e integralização curricular

O curso de Pedagogia terá a duração de 3.120 horas, a serem cumpridas em oito semestres de 100 dias letivos cada um, e uma média de quatro horas diárias de atividades, num total de 18 semanas por semestre. A integralização curricular deverá ocorrer no tempo mínimo de três anos e no tempo máximo de sete anos, período em que o estudante deverá obrigatoriamente:

- a. cumprir 1.512 h de disciplinas do núcleo comum;
- b. cumprir 832 h de disciplinas do núcleo específico;
- c. cumprir 576 h de núcleo livre;
- d. cumprir 200 h de atividades complementares/ atividades acadêmico-científico-culturais.

O curso de Pedagogia funciona com turmas no período matutino e noturno, predominantemente.

4.2 Estágio supervisionado e prática de ensino

O estágio supervisionado terá carga horária total de 400 horas a serem integralizadas por meio de atividades supervisionadas que permitam uma participação efetiva nos campos de trabalho ao longo do curso. Essa opção político-pedagógica fundamenta-se na inter-relação da educação infantil com os anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos, buscando garantir a especificidade da formação do professor que atuará nesses momentos de formação escolar. O projeto de estágio supervisionado em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, estabelecendo as bases e as condições necessárias para a garantia da especificidade de cada nível de ensino, encontra-se em anexo (Anexo IV). As disciplinas de estágio serão cursadas na seqüência prevista no currículo, sendo a anterior sempre pré-requisito para a seguinte.

4.3 Núcleo livre, prática como componente curricular e trabalho de conclusão de curso

A prática entendida como componente curricular deve ser pensada e desenvolvida ao longo do processo formativo. Não se reduz à prática de ensino propriamente dita, mas caracteriza-se como momento de pesquisa e reflexão das questões postas pela educação e pelo trabalho docente. Segundo Parecer CNE N.º 28/2001, essa prática terá, necessariamente, a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, portanto o currículo proposto prevê disciplinas e atividades

eletivas que compõem o núcleo livre, e que são a base da prática como componente curricular ao longo do curso.

O núcleo livre está distribuído em cada semestre letivo, com exceção do primeiro, com previsão de dia específico de oferta de disciplina, permitindo ao aluno participar de disciplinas, atividades e núcleos de pesquisa que possibilitem aprofundamento da compreensão da relação entre teoria e prática e das áreas de formação propostas. Desse modo, o núcleo livre constitui-se em momento de flexibilização curricular e de também de prática como componente curricular, perfazendo um total de 576 horas (19,7 % da carga horária total do curso).

No núcleo livre, os alunos serão incentivados a cursar disciplinas eletivas em outras unidades e cursos da UFG, de acordo com oferta registrada no cadastro do Sistema de Administração Acadêmico (SAA).

A FE e os campi informarão ao SAA, no prazo definido no calendário escolar, as disciplinas a serem oferecidas no núcleo livre, em cada semestre letivo, para atender às demandas de alunos da FE/UFG e de outros cursos da UFG. Conforme estabelecido no Regulamento Geral de Cursos de Graduação da UFG, essa oferta corresponderá, no mínimo, a 5% do total de vagas oferecidas em cada semestre letivo do curso de Pedagogia.

As disciplinas eletivas que compõem o Núcleo Livre poderão, ainda, constituir-se como áreas de aprofundamento de estudos e como tais serem organizadas. Exemplos de disciplinas eletivas/áreas de aprofundamento de estudos que poderão compor o núcleo livre:

Tópicos de Antropologia da Educação	Tópicos de Literatura
Tópicos de História da Educação	Movimentos Sociais e Educação
Tópicos de Filosofia da Educação	Educação Rural
Tópicos de Sociologia da Educação	Trabalho e Educação
Tópicos de Psicologia da Educação	Educação a Distância
Tópicos de Educação Ambiental	Ética e Educação
Tópicos de Políticas Educacionais	Linguagem, Corpo e Movimento
Tópicos de Língua Portuguesa	Educação de Jovens e Adultos
Tópicos de Biologia e Educação	Educação e Diversidade
Tópicos Especiais de Currículo	Jogos, Brincadeiras e Brinquedos Pedagógicos
Tópicos Especiais de Didática	Formação e Profissionalização Docente

4.4 Núcleo comum e núcleo específico do currículo

Em atendimento ao Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG, o curso de Pedagogia foi concebido em três núcleos: núcleo comum, núcleo específico e núcleo livre. Tendo em vista a formação do pedagogo para atuar em dois momentos indissociáveis do trabalho educativo, educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, as disciplinas e atividades previstas no núcleo comum e no núcleo específico são obrigatórias. O pedagogo formado neste curso será habilitado para atuar, indistintamente, nos dois momentos desse processo da formação humana.

O currículo do curso de Pedagogia apresenta como núcleo comum e núcleo específico as seguintes disciplinas:

Núcleo comum - Total: 1.512 h

História da Educação I	72 h	História da Educação II	72 h
Sociologia da Educação I	72 h	Sociologia da Educação II	72 h
Arte e Educação I	72 h	Arte e Educação II	72 h
Sociedade, Cultura e Infância	72 h	Alfabetização e Letramento	72 h
Psicologia da Educação I	72 h	Psicologia da Educação II	72 h
Filosofia da Educação I	72 h	Filosofia da Educação II	72 h
Fund./ Met. de Ciências Humanas nos anos iniciais do Ens. Fundamental I	72 h	Fund. e Met. de Ciências Humanas nos anos iniciais do Ens. Fundamental II	72 h
Fund. e Met.de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ens. Fundamental I	72 h	Fund. e Met.de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ens. Fundamental II	72 h
Fund.e Metodologia de Matemática nos anos iniciais do Ens. Fundamental I	72 h	Fund.e Metodologia de Matemática nos anos iniciais do Ens. Fundamental II	72 h
Fund.e Met. de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ens. Fundamental I	72 h	Fund.e Met. de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ens. Fundamental II	72 h
Políticas Educacionais e Educação Básica	72 h		

Núcleo específico - Total: 832 h

Did. e Formação de Professores	72 h	Cultura, Currículo e Avaliação	72 h
Estágio em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	100 h	Estágio em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	100 h
Estágio em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental III	100 h	Estágio em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental IV	100 h
Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico	72 h	Educação, Comunicação e Mídias	72 h
Trabalho de Conclusão de Curso I	72 h	Trabalho de Conclusão de Curso II	72 h

4.5 Atividades complementares/Atividades acadêmico-científico-culturais

O Regulamento Geral dos Curso de Graduação da UFG define atividades complementares como conjunto de atividades acadêmicas, mas não de disciplinas, escolhidas e desenvolvidas pelo aluno durante o seu período de integralização curricular. A participação do aluno, sem vínculo empregatício, devidamente comprovada, em pesquisas, conferências, seminários, palestras, congressos, debates, minicursos e outras atividades científicas, artísticas e culturais é o que se entende por atividade complementar.

A Faculdade de Educação, em consonância com as diretrizes nacionais para a formação de professores, define a carga-horária mínima de 200 (duzentas) horas de atividades complementares, necessárias à integralização do curso de Pedagogia. A validação das horas de atividades apresentadas em cada certificado entregue pelos alunos, não poderá exceder a um quarto do total de horas previstas para a integralização curricular, ou seja 50 (cinquenta) horas. Quanto às atividades remuneradas, tais como bolsas e estágios, respeitado o princípio de aproveitamento de no máximo 50 horas de atividades, só serão computadas uma única vez ao longo de todo o curso.

5 - PREVISÃO DE ADEQUAÇÃO AO NOVO CURRÍCULO PARA O ANO LETIVO DE 2004:

ALUNOS NOVOS – VESTIBULAR 2003

TURMAS A/ B (MATUTINO) TURMAS C/ D (NOTURNO)

1º semestre

Disciplinas	CH semanal	nº turmas
História da Educação I	4h	04
Sociologia da Educação I	4h	04
Arte e Educação I	4h	04
Psicologia da Educação I	4h	04
Sociedade, Cultura e Infância.	4h	04

2º semestre

Disciplinas	CH semanal	nº turmas
História da Educação II	4h	04
Sociologia da Educação II	4h	04
Arte e Educação II	4h	04
Psicologia da Educação II	4h	04
Núcleo Livre	4h	04

**TURMAS A e B (MATUTINO)
TURMAS C e D (NOTURNO)**

3º semestre

Disciplinas	CH semanal	nº turmas
Fund. e Met. de Matemática nos anos iniciais do Ens. Fundamental I	4h	04
Fund. e Met. de Ciências Humanas nos anos iniciais do Ens. Fundamental I	4h	04
Didática e Formação de Professores	4h	04
Alfabetização e Letramento	4h	04
Arte e Educação I (Adaptação)	4h	04

4º semestre

Disciplinas	CH semanal	nº turmas
Fund. e Met. de Matemática nos anos iniciais do Ens. Fundamental II	4h	04
Fund. e Met. de Ciências Humanas nos anos iniciais do Ens. Fundamental II	4h	04
Fund. e Met. de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ens. Fundamental I	4h	04
Fund. e Met. de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ens. Fundamental I	4h	04
Arte e Educação II (Adaptação)	4h	04

TURMA A (MATUTINO)/ TURMA B (NOTURNO)

5º semestre (adaptação)

Disciplinas	CH semanal	nº turmas
Arte e Educação I	4h	02
Sociedade, Cultura e Infância	4h	02
Didática e Formação de Professores	4h	02
Fund. e Met. de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ens. Fundamental I	4h	02
Fund. e Met. de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ens. Fundamental II / Fund. e Met. de Ciências Humanas nos anos iniciais do Ens. Fundamental II (Compl. 48 h)	4h	02

6º semestre

Disciplina	CH semanal	nº turmas
Políticas Educacionais e Educação Básica	4h	02
Estágio em Ed. Infantil e Anos In. do Ens. Fund.	4h	02
Fund. e Met. de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ens. Fundamental II	4h	02
Arte e Educação II	4h	02
Núcleo Livre	4h	02

3º ANO – CURRÍCULO ANTIGO

TURMA A (MATUTINO)/ TURMA B (NOTURNO)

Disciplinas	CH semanal	nº turmas
Didática e Prática de Ensino na Escola de 1ºGrau	10h	02
Língua Portuguesa Met.e Conteúdo 1ª fs 1º Grau	4h	02
Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Gr	4h	02
Artes e Recreação	02	02

4º ANO – CURRÍCULO ANTIGO

TURMA A/ B/ C/ D

Disciplinas	CH semanal	nº turmas
Currículos e Avaliação	2h	04
Filosofia da Educação	6h	04
Organização do Trabalho Pedagógico	2h	04
Didática e Prática de Ensino de Psicologia da Educação; Did. e Prat. de Ens. de Filosofia da Educação, Did. e Prat. de Ens. de Sociologia da Educação, Did. e Prat. de Ens.de Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Graus e Did. e Prat. de Ens. das Metodologias de Ensino do 1ºGrau.	4h	12

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Fórum de Diretores das Faculdades/Centro de Educação das Universidades Públicas do País (FORUNDIR), Centro de Estudos e Sociedade (CEDES) e Fórum Nacional em Defesa da Formação do Professor. *Posicionamento Conjunto em Defesa da Formação do Professor*. Brasília, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* 1988.

_____. Congresso Nacional. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - Secretaria da Educação Superior. *Autonomia Universitária*. Brasília, 1999.

_____. Secretaria de Educação Superior (SESu). *Documento norteador para elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores*. Brasília, 1999.

_____. *Documento Norteador para Comissões de Autorização e Reconhecimento de Curso de Pedagogia*. CEEP:CEEFP, Reunião de 31 de janeiro e 1 e 2 de fevereiro de 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Parecer /Projeto de Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e graduação plena*, CNE/CP no 28. Brasília, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação/CP. *Parecer n. 27/2001*.

COÊLHO, I. M. *Realidade e utopia na construção da universidade*: memorial. 2.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

_____. *O ensino de graduação e currículo*. Curitiba, Pró-Reitoria de Graduação, 1994.

CURY, C. R. J. *LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação: (Lei 9.394/96)*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

DOURADO Luiz Fernandes. *A reformulação do Curso de Pedagogia da FE/UFG: um olhar comprometido com a docência-Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental (Versão Preliminar)*. Goiânia, GO, 2001.

_____. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In. FERREIRA, Naura S. C. (org.) – 3. ed. – *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2001a. p.77-96.

DOURADO, Luiz Fernandes e GUIMARÃES, Ged. *Os Fundamentos da educação no curso de pedagogia da FE/UFG*. 1992. (digitado)

DUARTE e SILVA, Luelí Nogueira. *Observações acerca do Projeto de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia*. Goiânia, fev./2002.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG. *Exposição de Motivos*, documento elaborado em 1993.

_____. *Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa. Proposta curricular/ resolução para o Curso de Pedagogia/1993*.

_____. Faculdade de Educação. *Exposição de Motivos- resolução 207*. Goiânia, 1994.

_____. *Currículo do Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena, com habilitação em Educação Infantil e Ensino Fundamental - Convênio FE/UFG/SME-Goiânia*, 1999.

_____. *Projeto de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia*. Goiânia, 2002.

KUENZER, A . Z. (Org.). *A formação dos profissionais da educação: proposta de diretrizes curriculares nacionais*. (digitado). S/d.

TORRES, R.M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. et. al. (orgs.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo, Cortez, 2000a.

_____. *Que paso en el Foro Mundial de La Educacion?* (Dakar, Senegal, 26-28 de Abril, 2000b), Foro de Dakar: www.unesco.org/wef.

UNIVERSIDADE de Brasília. *Decanato de Ensino de Graduação – Grupo Permanente de Acompanhamento das Licenciaturas. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura*. Brasília, julho/1998.

UNIVERSIDADE Federal de Goiás. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. *II Seminário de Avaliação Institucional. Subsídios para o Seminário de Avaliação do Curso – Pedagogia*. 1996.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. Comissão Especial do Concurso Vestibular. *Guia do Vestibulando – processo seletivo misto*. 1999.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. *Regulamento Geral dos Cursos de Graduação*. Goiânia, set./2002.

ZANOLLA, Silvia Rosa Silva. *Projeto de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia*. Goiânia, 2002.